



Os políticos mais se alinham ao partido ou ao
grupo político?
Evidências a partir dos vereadores do RenovaBR

Humberto Dantas
INCT ReDem; FipeEES; FESP-SP

Rodrigo Cobra
RenovaBR

Joyce Luz
FGV-SP; FESP-SP

ReDem Working Paper Series
Vol. 3
Nº 3
Abril, 2026

Os políticos mais se alinham ao partido ou ao grupo político? Evidências a partir dos vereadores do RenovaBR

Humberto Dantas, Rodrigo Cobra, Joyce Luz

Resumo

Introdução: A literatura brasileira de Ciência Política concentra-se predominantemente no plano federal, deixando em aberto como atores municipais coordenam apoios em eleições estaduais e nacionais. Este paper examina os fatores que orientam as intenções de apoio eleitoral de vereadores nas eleições gerais de 2026, com ênfase no papel de arranjos informais de coordenação denominados "Grupos Políticos", em contraste com a filiação partidária formal. **Métodos:** Dois instrumentos foram aplicados, com amostras não probabilísticas, a vereadores da rede RenovaBR, em atividades realizadas em parceria com a OEA em 2025 e 2026: um survey online com 111 respondentes e uma dinâmica presencial de situações problemas com cerca de 70 participantes organizados em 12 grupos. **Resultados:** Em ambos os instrumentos, o Grupo Político superou o partido como fator orientador do apoio eleitoral em 2026. No survey, 33% a 48% dos respondentes o indicam como determinante principal, contra 13% a 19% para o partido, com diferença mais pronunciada para o cargo de governador (48%). Na dinâmica presencial, dois terços das respostas indicaram o Grupo Político como principal fator de coordenação do apoio eleitoral. **Discussão:** Os achados sugerem que a filiação partidária é um preditor fraco do apoio político e que arranjos informais de coordenação territorial estruturam, de forma mais determinante, a política subnacional brasileira. O resultado justifica uma nova agenda de pesquisa em torno da categoria analítica de "Grupo Político" aqui proposta.

Humberto Dantas

INCT ReDem; FipeEES; FESP-SP
humbertodantasneto@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0002-6169-470X>

Rodrigo Cobra

RenovaBR
rodrigo@renovabr.org

Joyce Luz

FGV-SP; FESP-SP
joheluz@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0002-2761-442X>

Palavras-chave

grupo político; coordenação eleitoral; vereadores; política subnacional; partidos políticos.

Abstract

Introduction: Brazilian political science scholarship has focused predominantly on the federal arena, leaving underexplored the ways in which municipal actors coordinate electoral support in state and national contests. This paper investigates the factors shaping city councilors' intended electoral endorsements in the 2026 general elections, with particular attention to the role of informal coordination arrangements — here termed "Political Groups" — as distinct from formal party affiliation. **Methods:** The study draws on two instruments administered to non-probability samples of city councilors from the RenovaBR network during activities carried out in partnership with the Organization of American States (OAS) in 2025 and 2026: an online survey with 111 respondents and an in-person problem-based scenario exercise involving approximately 70 participants organized into 12 groups. **Results:** Across both instruments, Political Group affiliation consistently outweighed party membership as the primary driver of intended electoral support decisions for 2026. In the survey, between 33% and 48% of respondents identified it as the main determinant, compared with 13% to 19% for party affiliation, with the largest gap observed in the gubernatorial race (48%). In the in-person exercise, two-thirds of responses identified the Political Group as the principal factor structuring electoral coordination. **Discussion:** The findings indicate that party affiliation is a weak predictor of political support, whereas informal arrangements of territorial coordination play a more decisive role in structuring Brazilian subnational politics. These results warrant a new research agenda centered on the analytical category of "Political Group" advanced here.

Keywords

political group; electoral coordination; city councilors; subnational politics; political parties.

Apresentação

A Ciência Política brasileira concentra-se predominantemente na compreensão de fenômenos nacionais, privilegiando o funcionamento das instituições federais. Estudos sobre os partidos, o Congresso Nacional, a relação entre poderes, o Executivo e o Judiciário dedicam-se mais às preocupações associadas à realidade do país do que ao conjunto de 26 estados e do Distrito Federal, ou mesmo dos mais de cinco mil municípios. Trabalhos sobre unidades federativas e determinadas cidades, ou conjuntos reduzidos delas, existem, mas analisar a totalidade dessas realidades subnacionais tem sido exceção, e não regra, na produção científica da área.

Assim, poucos são os pesquisadores que dedicam parte de sua produção à política municipal, sendo possível destacar alguns nomes como Teresa Kerbauy, Carlos Machado, Marta Mendes da Rocha, Lucas Gelape, Bruno Souza da Silva e Humberto Dantas, entre outros.

Essa limitação tem implicações analíticas: existe uma necessidade de a Ciência Política mapear as relações políticas entre os entes federativos, sobretudo em períodos eleitorais. Um exemplo desse esforço foi apresentado por Luz e Dantas (2017), que buscaram conexões entre a formação de coligações em eleições majoritárias municipais e a destinação de emendas parlamentares da Câmara dos Deputados às cidades.

Avançando nessa direção, o objetivo deste paper é compreender como representantes municipais eleitos em 2024 afirmam que organizarão a oferta de seus apoios políticos nas eleições estaduais e federais de 2026. Para tanto, parte-se de duas pesquisas:

- a) Uma pesquisa quantitativa, envolvendo 111 vereadores; e
- b) um instrumento presencial de situações problemas, aplicado a aproximadamente 70 desses parlamentares.

Ambas foram realizadas pela organização de formação política RenovaBR, fundada em 2017, que formou mais de três mil potenciais candidatos de distintos espectros ideológicos.

Em ambos os estudos, apenas lideranças associadas à organização foram consultadas, o que configura um viés de seleção a ser registrado.

O estudo parte da hipótese de que Grupos Políticos têm peso significativo nas estratégias de oferta de apoio eleitoral das lideranças envolvidas na pesquisa,

variando sua relevância de acordo com o cargo disputado nos planos federal e estadual, conforme será mostrado adiante.

É importante salientar que o conceito de “Grupo Político”, central para os achados aqui apresentados, ainda não dispõe de definição consolidada nem de tratamento sistemático na literatura, o que demanda atenção especial de pesquisas futuras.

Pesquisa Quantitativa

Em 2025, como procedimento de inscrição em um curso realizado em parceria com a Organização dos Estados Americanos (OEA) sobre estratégias de apoio eleitoral para 2026, o RenovaBR consultou 111 vereadores de sua rede de lideranças, distribuídos por todas as regiões do país, provenientes de municípios de diferentes portes e filiados a distintos partidos. Eles responderam a um formulário online sobre as estratégias adotadas para a oferta de apoio eleitoral em função dos diferentes cargos em disputa nas eleições de 2026. Além de serem lideranças RenovaBR, todos os participantes afirmaram que não seriam candidatos nas eleições estaduais ou federais.

O primeiro aspecto que se destaca no levantamento – realizado sob método de *survey* não probabilístico com amostra de conveniência – é que os diferentes cargos em disputa influenciam o padrão de apoio desses políticos locais. A pergunta central era: **“Em relação às eleições de 2026, observando cada um dos cargos em disputa, você diria que fará campanha PRINCIPALMENTE orientado(a) pelo(a)”**.

Seguindo os dados da Tabela 1, observa-se que 13% dos respondentes afirmam que não farão campanha para qualquer candidato à Presidência da República, percentual que cai para 8% entre os senadores, 4% entre os governadores e apenas 1% entre deputados federais e estaduais. Esse comportamento sugere que, quanto mais próximo da realidade política do vereador está o cargo em disputa, maiores são as chances de mobilização por parte dos parlamentares municipais. Agregando as respostas de todos os cargos, nenhum político entrevistado afirma que não fará campanha em 2026.

O princípio orientador do apoio ofertado pelo vereador também varia entre os cargos em disputa. Em linhas gerais, considerando a média entre os cargos e restringindo a análise às opções com mais de dez pontos percentuais: 11% serão orientados, principalmente, por razões ideológicas, com o presidente

em 19% e os cargos de deputados abaixo de oito pontos. Os partidos aparecem com média de 16%, com 19% entre os senadores e 13% entre os deputados estaduais. A afinidade pessoal aparece com 18%, com 14% entre senadores e 24% entre deputados estaduais. O fator de maior peso, porém, é o que se convencionou chamar de “Grupo Político”: 38%, com 48% de relevância para o cargo de governador e 33% para presidente.

A Tabela 1 mostra a distribuição das respostas por cargo.

Tabela 1. Principal orientador para campanha nas eleições de 2026

Orientador	Presidente	Senador	Governador	Dep. Federal	Dep. Estadual	Média
Grupo Político	33%	38%	48%	36%	35%	38%
Afinidade pessoal	16%	14%	15%	22%	24%	18%
Partido Político	14%	19%	16%	17%	13%	16%
Razões ideológicas	19%	12%	11%	6%	7%	11%
Envio de recursos	2%	7%	6%	16%	14%	9%
Não farei campanha	13%	8%	4%	1%	1%	5%
Promessa de recursos	2%	1%	2%	3%	6%	3%

Fonte: Os autores

Especificamente em relação aos deputados estaduais e federais, eleitos de forma proporcional em chapas contendo diversas candidaturas de um mesmo partido, em pergunta específica sobre estratégia eleitoral, 68% afirmaram que pedirão votos para, no máximo, um candidato em cada um desses dois cargos, o que sugere que vereadores escolhem seus favoritos de forma organizada e aparentemente fiel. Complementarmente, 12% afirmam que podem dividir suas equipes e grupos para apoiar mais de uma candidatura proporcional, e outros 12% indicam que pessoalmente podem pedir apoio para mais de um nome por cargo.

O que esses resultados evidenciam é o peso do Grupo Político na realidade dos vereadores em relação ao apoio ofertado nas eleições de 2026. Esse elemento ganha ainda mais relevância quando, diante de uma lista de itens considerados fundamentais para o sucesso no pleito de 2024, os vereadores responderam podendo indicar até três opções: recebimento de obras dos governos estaduais e federais (49%), recursos dos fundos eleitoral e partidário para a campanha (51%), estrutura do partido político (52%), recebimento de emendas parlamentares estaduais ou federais (56%), mobilização pessoal de parlamentares estaduais e federais (59%) e mobilização do “seu” grupo político (87%).

Salienta-se que todos os itens apresentam grau razoável de importância, mas o Grupo Político supera até mesmo elementos considerados centrais pelo senso comum, tais como o envio de recursos públicos para as cidades e a disponibilização de partes dos fundos públicos destinados a partidos e suas campanhas.

Dinâmica Presencial com Situações Problemas

Com base nos resultados do *survey* e diante da relevância demonstrada pelo Grupo Político nas estratégias eleitorais dos parlamentares municipais, um segundo instrumento foi aplicado a aproximadamente 70 políticos, todos participantes da pesquisa quantitativa acima apresentada. Em contraste com o preenchimento de um formulário online, a atividade foi presencial, sob o formato de um jogo de perguntas e respostas atreladas a opiniões sem alternativas certas ou erradas.

Em doze grupos divididos aleatoriamente, foram respondidas seis perguntas associadas a uma narrativa comum: sob o formato de uma história (caso), o personagem central, um político municipal, precisava tomar seis decisões sobre situações hipotéticas de oferta de apoio político nas eleições de 2026, que expunham os participantes a situações dilemáticas.

O Quadro 1 resume a metodologia adotada na dinâmica.

Quadro 1. Dinâmica realizada com vereadores em atividade RenovaBR/OEA 2026

Elemento do instrumento	Descrição
Número de questões	6 dilemas apresentados aos participantes
Número de grupos formados	12 grupos aleatórios
Total de respostas possíveis	72 respostas (12 grupos × 6 questões)
Formato das respostas	Cada dilema apresentava 4 alternativas possíveis aos grupos (A–D)
Alternativa A	Apoio definido principalmente pelo partido político
Alternativa B	Apoio definido pelo grupo político
Alternativa C	Estratégia individual e ativa do político municipal para apoios
Alternativa D	Possibilidade de não assumir posicionamento nas eleições de 2026

Fonte: Os autores

Em todo o conjunto de respostas, a alternativa D, associada à não oferta de apoio nas eleições de 2026, apareceu apenas duas vezes (2,7% das 72 respostas colhidas). O partido político, como elemento central do apoio político, apareceu em apenas sete respostas, pouco menos de 10% dos casos, e nunca duas vezes no mesmo grupo. A resposta C, associada a uma estratégia de individualismo ativo na oferta de apoios, atingiu cerca de 20% das respostas, o que indica que, tal como observado no *survey*, o cálculo individual tem peso maior que o partidário e, neste instrumento, equivale ao dobro das indicações partidárias.

O Grupo Político surge, novamente, de maneira mais expressiva nas respostas. Ao todo, 67%, ou dois terços das posições, mostram escolhas associadas à força desse tipo de arranjo para a oferta de apoios nos pleitos de 2026. Na dinâmica presencial, o menor peso do partido como fator orientador é ainda mais nítido. Ainda assim, permanece necessário compreender o que os participantes entendem por Grupo Político, não sendo possível afirmar que exista homogeneidade em torno do que isso representa. Nesse caso, inclusive, para alguns a ideia de Grupo Político pode estar associada a um fragmento intrapartidário que, dentro da legenda, existe e dela depende.

Discussão: em direção a uma definição de Grupo Político

A despeito do peso que os dados demonstram, a figura do Grupo Político ainda escapa, em grande medida, às definições analíticas e às agendas de pesquisa da Ciência Política.

A literatura tem privilegiado organizações formais, como partidos políticos, deixando em segundo plano arranjos mais informais que estruturam a ação política nos territórios. Parte da literatura recente sobre intermediários políticos (*brokers*) e assessores (Hoyler, 2022; Rocha e Gelape, 2022) tem contribuído para iluminar esse espaço analítico ao mostrar como esses atores mediam relações entre elites, eleitores e recursos públicos, coordenando apoios e mobilização eleitoral. Ainda assim, a forma mais ampla e estruturada que esses arranjos podem assumir – frequentemente expressa nos chamados Grupos Políticos – permanece relativamente pouco conceituada e explorada empiricamente.

Esta é uma das principais provocações deste trabalho: compreender a importância de se delimitar o que é, de fato, o “Grupo Político”, diante da relevância do termo nas respostas dos participantes e na percepção do cotidiano político, sobretudo no nível local.

Preliminarmente, parece possível afirmar que o Grupo Político é algo que por vezes fica aquém, e por vezes muito além, das fronteiras específicas dos partidos políticos. Existem grupos compostos dentro de uma única legenda, como parte dela, assim como grupos que controlam mais de um partido numa dada realidade municipal, regional ou mesmo estadual. Grupos Políticos podem ser organizados territorialmente, tendo como liderança um deputado estadual, federal, um senador ou mesmo o governador, ou articulados em torno de causas como uma política pública, uma segmentação religiosa etc. Dantas (2007) mostra que, entre o final dos anos 1990 e o início dos 2000, governadores que migravam de partido arrastavam consigo dezenas de prefeitos filiados a diversas legendas, o que indicaria o esvaziamento dos partidos como instâncias de lealdade política primária e a capacidade de agrupamentos políticos estaduais de controlarem a política em diferentes realidades.

Cabe registrar que a Ciência Política não dispõe de uma definição consolidada do que seja Grupo Político, e talvez sequer os próprios respondentes estejam guiados por uma percepção homogênea de tal objeto. Hipóteses a serem trabalhadas em pesquisas futuras apontam para pelo menos quatro direções.

A primeira estaria associada a uma rede de influência de um líder estadual, sendo o governador ou alguém com essa experiência um bom exemplo, tendo como elemento central a dependência de recursos públicos distribuídos pela posse do poder.

A segunda seria uma facção intrapartidária que, embora pareça depender do partido para existir, em termos práticos oferta a seu líder a sensação de que o partido é apenas um local de filiação e disputa de votos, caso em que não é incomum que um grupo político se desfilie e se filie em massa a determinada legenda.

A terceira estaria associada ao controle de um conjunto de legendas por parte de um coletivo que expressa rivalidades locais, como famílias rivais numa realidade municipal que controlam ativos políticos, entre os quais os partidos.

A quarta percepção seria mais individualizada, atrelada à ideia de que cada mandato carrega consigo um coletivo de simpatizantes, dependentes ou fiéis liderados pelo agente eleito, que se entende como “dono de um grupo político”.

Nada impede que os esforços para a compreensão do que seja Grupo Político envolvam os quatro fenômenos acima descritos. Torna-se, portanto, essencial desenvolver pesquisas que delimitem analiticamente esse conceito. Se os respondentes compartilham uma percepção minimamente homogênea do que ele representa, seu peso empírico pode ser suficiente para questionar a centralidade atribuída pela literatura aos partidos como principais organizadores da competição eleitoral subnacional.

Conclusão

Diante dos resultados das duas pesquisas aqui apresentadas, fica evidente que a Ciência Política ainda possui amplo espaço para avançar na compreensão das dinâmicas locais que estruturam a política nacional.

Os nossos achados indicam, consistentemente, que o Grupo Político orienta de forma diferenciada as estratégias de apoio eleitoral segundo o cargo em disputa, e que o conceito carece de delimitação analítica mais precisa. Além disso, a hipótese de que diferentes cargos implicam distintas estratégias de apoio eleitoral por parte dos políticos locais encontra respaldo nos dados.

Os resultados reforçam a necessidade de uma agenda de pesquisa voltada à categoria de “Grupo Político”, capaz de delimitar analiticamente esse objeto e de examinar em que medida ele efetivamente enfraquece a força dos partidos como organizadores da competição eleitoral subnacional.

Referências

- Dantas, H. (2007). *Coligações em eleições majoritárias municipais: a lógica do alinhamento dos partidos políticos brasileiros nas disputas de 2000 e 2004* [Tese de doutorado, Universidade de São Paulo].
- Hoyler, T. L. (2022). *Representação política e conexão territorial: uma etnografia de vereadores e brokers em São Paulo* [Tese de doutorado, Universidade de São Paulo].
- Luz, J., & Dantas, H. (2017). Coligações majoritárias municipais e emendas parlamentares federais: em busca de conexões. *Cadernos Adenauer*, XVIII (2).
- Rocha, M. M. da, & Gelape, L. (2022). “Trabalho político”: relações de intermediação entre deputados estaduais e políticos locais no Brasil. *SciELO Preprints*. <https://preprints.scielo.org/index.php/scielo/preprint/view/4064>

Autoria

Humberto Dantas

Doutor em Ciência Política pela USP. Coordenador da graduação em Gestão Pública da Escola de Ensino Superior da Fipe e do curso de especialização em Ciência Política da FESP-SP. É diretor-geral do Movimento Voto Consciente e conselheiro da Fundação Konrad Adenauer do Brasil, da Politize e da Escola Comum. É analista político da 4E Consultoria e proprietário da H Dantas & Dantas, voltada à educação política e ao fortalecimento da democracia.

Rodrigo Cobra

Gestor Público e Pós-Graduando em Direito Eleitoral. Diretor Executivo do RenovaBR.

Joyce Luz

Doutora em Ciência Política pela USP. Pesquisadora de Pós-Doutorado no Centro de Política e Economia do Setor Público (FGV-CEPESP) e atua como professora convidada no curso de graduação em Administração de Empresas da FGV-SP e na Pós-Graduação em Ciência Política da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (FESPSP). É diretora voluntária do Movimento Voto Consciente de São Paulo.

Normas para colaboração



O **ReDem Working paper do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia (INCT) Representação e Legitimidade Democrática (ReDem)** aceita somente notas de pesquisa originais. Elas devem apresentar resultados substantivos de pesquisas empíricas a partir da análise de dados ainda não publicados.

Os relatos de pesquisas devem conter até 5 mil palavras. A decisão sobre a sua publicação cabe à Editora a partir da avaliação de dois pareceristas.

O resumo dessas notas de pesquisa deve ser redigido no formato IMRAD (introdução, materiais e métodos, resultados e discussão e deve destacar as conclusões). O título da nota de pesquisa deve conter até 100 caracteres com espaços. Cada nota de rodapé deve conter no máximo 400 caracteres com espaços. As referências bibliográficas utilizadas serão apresentadas ao final da nota de pesquisa, listadas em ordem alfabética obedecendo ao padrão APA 2019 (7ª edição).

As notas de pesquisa devem ser enviadas por e-mail ao seguinte endereço wpinctredem@gmail.com aos cuidados da Editora.



Copyright© 2026
Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia
Representação e Legitimidade Democrática (INCT-
ReDem)

**ReDem Working paper. Instituto Nacional de Ciência e
Tecnologia Representação e Legitimidade Democrática**

Editora: Maiane Bittencourt (UFPR; INCT ReDem)

Conselho editorial: Adriano Codato (UFPR), Bruno Bolognesi (UFPR), Carolina de Paula (UERJ), Ednaldo Ribeiro (UEM), Graziella Testa (FGV), Jaqueline Zulini (FGV), Karolina Roeder (UNINTER), Luciana Veiga (UNIRIO/FGV), Maria Alejandra Nicolás (UNILA), Maria Cecilia Eduardo (UFPR), Nara Pavão (UFPE), Renato Perissinotto (UFPR)

Financiamento:

CNPq. Processo n. 406649/2022-7
Fundação Araucária INC2024191000001

**Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia
Representação e Legitimidade Democrática**

Universidade Federal do Paraná
Departamento de Ciência Política
Rua General Carneiro, 460, sala 515
Curitiba - PR - BRASIL CEP 80060-150
E-mail: inct.redem@gmail.com ▪ URL: <https://redem.tec.br/>

Direitos e permissões

O texto e os dados nesta publicação podem ser reproduzidos desde que a fonte seja citada.

O *Working Paper ReDem* dissemina resultados de trabalhos em andamento para incentivar a troca de ideias. Os documentos são assinados pelos(as) autores(as) e devem ser citados de acordo com a referência abaixo.

Os resultados, interpretações e conclusões expressos no working paper são de responsabilidade das(os) autoras(es) e não refletem necessariamente as visões do INCT ReDem.

Os **ReDem Working papers** estão disponíveis online [<https://redem.tec.br/>]. Assinaturas podem ser feitas por e-mail wpinctredem@gmail.com

Como citar

Dantas, H.; Cobra, R.; Luz, J. (2026). Os políticos mais se alinham ao partido ou ao grupo político? Evidências a partir dos vereadores do RenovaBR. *ReDem Working Paper*, INCT ReDem, 3(3), abril.

Rights and Permissions

The text and data in this publication may be reproduced as long as the source is cited.

The disseminates the findings of its work in progress to encourage the exchange of ideas. The papers are signed by the authors and should be cited accordingly.

The findings, interpretations, and conclusions expressed are the responsibility of the authors and do not necessarily reflect the views of the INCT ReDem.

Working papers are available online [<https://redem.tec.br/>] and subscriptions can be requested by email to wpinctredem@gmail.com

How to cite

Dantas, H.; Cobra, R.; Luz, J. (2026). Os políticos mais se alinham ao partido ou ao grupo político? Evidências a partir dos vereadores do RenovaBR. *ReDem Working Paper*, INCT ReDem, 3(3), abril.